



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE CHUVISCA
PODER LEGISLATIVO MUNICÍPIO DE CHUVISCA



Câmara Municipal
de Vereadores de Chuvisca

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTROLE EXTERNO

Protocolo nº 409

Data: 18/12/2025

Horário: 15:00

Responsável

Parecer 102/2025

Autor do Projeto: Vereador Luciano Morais Silva

Relator: Vereador Paulo Israel Longaray Martins

Matéria: Emenda Impositiva de Bancada 04 ao Projeto de Lei nº. 048/2025.

ASSUNTO: Exame da legalidade da Emenda Impositiva de Bancada 04 ao Projeto de Lei nº. 048/2025.

RELATÓRIO:

A presente Emenda Impositiva de bancada ao Projeto de Lei nº 048/2025, restou por apresentada pelo vereador Luciano Morais Silva, perante à Comissão de Orçamento, Finanças e Controle Externo.

A Comissão se reuniu na data de 18/12/2025, oportunidade em que analisou a Emenda Impositiva apresentada, sendo elaborado o presente parecer.

É o breve relato.

2. PARECER:

A Comissão de Orçamento entende que a emenda apresentada está dentro da legalidade na medida em que encontra-se de acordo com as normas das Leis da Espécie a citar o artigo 166 da Constituição Federal e art. 79, § 11º da Lei Orgânica Municipal, principalmente a partir da vigência da Emenda Constitucional 100/2019, que instituiu o Orçamento Impositivo de bancada.

Além do mais, a presente emenda se traduz na destinação de recursos para áreas que necessitam de aporte financeiro, levando em consideração as carências do Município de Chuvisca, conforme entendimento do Vereador que subscreve a Emenda, respeitando os limites legais.

Acrescenta ainda a comissão, a importância da destinação de recursos não previstos na redação original do Projeto de lei 048/2025 (LOA) para atender a área da agricultura familiar e desenvolvimento rural com valores destinados para aquisição de equipamentos como um distribuidor de calcário a ser cedido para a

Associação Rural Amigos da Terra, um cultivador de hastes a ser cedido para Associação dos pequenos Agricultores de São Bráz – área baixa. A aplicação dos recursos objetiva contribuir com o fortalecimento econômico e sustentável da agricultura familiar no município. Também cabe acrescentar a importância da destinação de recursos para secretaria de Educação, Desporto e Turismo como objetivo de promover aquisição de material para melhorias e manutenção na Escola Municipal Santa Luzia, aquisição de indumentárias para o grupo GCN – Grupo Nativista União dos Pagos.

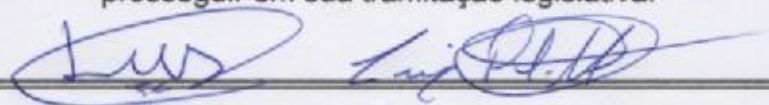
Cumprе destacar, ainda, que a Emenda Impositiva de Bancada apresentada observa integralmente o regime jurídico das emendas parlamentares impositivas, notadamente no que dispõe o art. 166, §§ 9º a 20, da Constituição Federal, introduzidos pela Emenda Constitucional nº 100/2019, que conferiu caráter obrigatório à execução das programações oriundas de emendas de bancada ao orçamento anual, respeitados os limites percentuais da receita corrente líquida e as diretrizes da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

No âmbito municipal, a matéria encontra respaldo expresso no art. 79, § 11º, da Lei Orgânica do Município de Chuvisca, o qual assegura aos vereadores a prerrogativa de apresentação de emendas impositivas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual, desde que compatíveis com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e que não impliquem desequilíbrio orçamentário ou financeiro.

Ademais, a Emenda Impositiva de Bancada ora analisada não afronta as normas do Regimento Interno da Câmara Municipal de Chuvisca, uma vez que respeita o processo legislativo orçamentário, a competência da Comissão de Orçamento, Finanças e Controle Externo para análise da matéria, bem como os limites formais e materiais impostos às emendas parlamentares, inexistindo vício de iniciativa, desvio de finalidade ou afronta aos princípios da separação dos poderes, legalidade, impessoalidade e eficiência.

Ressalte-se, ainda, que a destinação dos recursos previstos na emenda atende ao interesse público primário, direcionando investimentos a área essencial, como a agricultura familiar, Educação e Cultura, em consonância com os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da finalidade pública, que regem a Administração Pública, nos termos do art. 37 da Constituição Federal.

Dessa forma, sob o aspecto jurídico, orçamentário e regimental, não se verifica qualquer óbice à aprovação da Emenda Impositiva de Bancada nº 04 ao Projeto de Lei nº 048/2025, mostrando-se a proposição plenamente apta a prosseguir em sua tramitação legislativa.

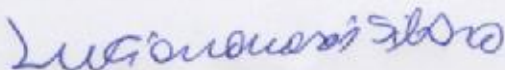


Assim, a comissão vota favorável a Emenda Impositiva de bancada, visto que esta atende as previsões constitucionais e orçamentárias.

Destarte, após analisar o mérito do pedido e confrontá-lo com o Princípio da razoabilidade e da Legalidade que rege a Administração Pública, bem como as previsões Constitucionais relativas a Emenda Impositiva de bancada 04 apresentada ao Projeto de Lei nº 048/2025, a Comissão de Orçamento, Finanças e Controle Externo, opina Por UNANIMIDADE, pela APROVAÇÃO da Emenda encaminhando à plenário para Discussão e, por conseguinte, ir a votação.

É o Parecer.

Chuívisca (RS), 18 de dezembro de 2025.



Luciano Moraes Silva
Presidente



Paulo Israel Longaray Martins
Relator



Luiz Carlos Westphal Dummer
Secretário